

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
Gestão das Instituições Federais de Educação Superior

Autor (a): Simone Regina Joaquim

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
Promovendo o acesso à Educação para todos

Belo Horizonte
2019

SIMONE REGINA JOAQUIM

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

Promovendo o acesso à Educação para todos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Gestão das Instituições Federais de Educação Superior.

Orientador: Marcellus Henrique Rodrigues Bastos

Belo Horizonte
2019



ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Candidato: Simone Regina Joaquim

Registro DRCA: 2017769619

CPF: 932.621.596-20

Orientador (a): Marcellus Rodrigues Bastos

Às ~~13:00~~ horas do dia 14/12/2019, reuniu-se na Faculdade de Educação da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização Gestão de Instituições Federais de Educação Superior, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Promovendo o acesso à Educação para todos", requisito final para obtenção do grau de Especialista. Abrindo a sessão, a banca examinadora, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Após a apresentação do trabalho, seguiu-se o julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Marcellus Rodrigues Bastos indicou a

APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA / REPROVAÇÃO do candidato;

Josana Costa Lopes indicou a

APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA / REPROVAÇÃO do candidato;

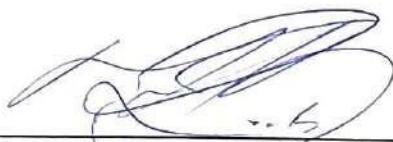
Weverton Eugênio Coelho indicou a

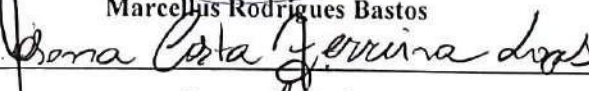
APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA / REPROVAÇÃO do candidato;

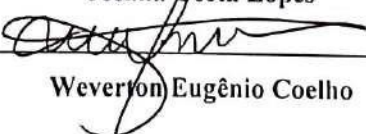
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO / REPROVADO

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Comissão Examinadora encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2019



Marcellus Rodrigues Bastos


Josana Costa Lopes


Weverton Eugênio Coelho

Resumo do Projeto de Intervenção

Este Projeto de Intervenção tem como objetivo analisar a Educação Inclusiva ofertada na Escola Estadual Professora Conceição Hilário, situada na rua Rio Verde, número 120, bairro Riacho das Pedras, Contagem/MG. Para alcançar os objetivos deste trabalho foi feita uma pesquisa investigativa, leitura e análise do Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI), que descreve todos os seus dados, tipos de deficiências, planejamento anual da proposta curricular prevista no Projeto Pedagógico e os avanços alcançados no desempenho escolar. Foi feita também, entrevista com os professores de Atendimento Educacional Especializado – AEE por meio de um questionário (pesquisa qualitativa), abordando as dificuldades enfrentadas por estes profissionais e as mudanças que a escola necessita fazer para se tornar mais inclusiva. Foi verificado ainda, que a escola não está adequada para atender alunos deficientes físicos porque não recebe recursos financeiros suficientes do Governo Federal para realizar as devidas adaptações. Para dar suporte às informações apresentadas, foram utilizados conceitos e citações de diversos autores de artigos publicados sobre o assunto e também a consulta do manual de orientações sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Observa-se que a escola enfrenta grandes desafios ao oferecer o acesso à Educação Inclusiva de qualidade para minimizar os impactos causados por diferentes condições dos estudantes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Símbolos de acessibilidades: deficiência visual, auditiva e intelectual	4
Figura 2 – Tabela de Infraestrutura da escola.....	7
Figura 3 – Cronograma de ações	7
Figura 4 – Cronograma de Execuções.....	8
Figura 5 – FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	9

SÚMARIO

1. Introdução.....	1
1.1 Justificativa	4
1.2 Objetivo Geral	4
1.3 Objetivos Específicos.....	5
1.4 Metas a serem alcançadas	5
2. Metodologia utilizada para coleta dos dados e informações	6
3. Análise da infraestrutura física da escola.....	6
4. Orçamento e/ou custos para implementação.....	9
5. Considerações finais.....	10
REFERÊNCIAS	12

1. Introdução

A Educação inclusiva é um processo que está em constante construção. Sofreu muitas mudanças ao longo dos anos, teve vários avanços, foram criadas leis para definir a educação como um direito de todos, assegurando e regulamentando o atendimento educacional a estudantes com deficiências - física, intelectual, visual, auditiva, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, na rede regular de ensino.

A conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais”, desenvolvida em Salamanca (Espanha), 1994, contribuiu para impulsionar a Educação Inclusiva para todos.

A declaração de Salamanca proclama que:

- Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns;
- as escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos.

Em 1988 a Educação Especial começou a ganhar caráter de inclusão, conforme artigo 205 da Constituição Federal e em dezembro de 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, cujo texto confirma que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e receber apoio especializado.

“A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”. (ARENDR, 2001, p. 16).

A escola deve proporcionar a integridade física de dignidade humana, sendo esse o primeiro passo para a construção da cidadania e o respeito aos direitos, transformando a escola em um espaço para todos. A diversidade faz parte dos valores humanos.

O envolvimento da família no processo de inclusão é imprescindível, pois, sua colaboração e participação incentiva a prática de tudo que o estudante assimila. A escola precisa da colaboração dos pais ou responsáveis, demonstrando interesse na aprendizagem dos filhos, criando condições emocionais e de sustentabilidade para eles.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão do desenvolvimento infantil. (ARRUDA; ALMEIDA, 2014, p.16)

Nesta perspectiva foi elaborado este Projeto de Intervenção, que visa levantar algumas questões relacionadas às barreiras que ainda existem ao ofertar o atendimento de qualidade aos alunos com algum tipo de deficiência na educação comum.

Atualmente a Escola Estadual Professora Conceição Hilário, possui seiscentos e três alunos matriculados, sendo dois alunos portadores de atraso neuropsicomotor, cursando o 4º ano do Ensino Fundamental, que apresentam dificuldades de aprendizado, raciocínio, fala e coordenação motora; uma aluna portadora de deficiência mental leve associada a transtorno do espectro autista, uma aluna com limitação cognitiva e intelectual, ambas cursando o 6º ano do Ensino Fundamental e um aluno com deficiência intelectual que apresenta dificuldades relacionadas ao juízo de realidade e aprendizagem, matriculado no 7º ano do Ensino Fundamental.

Sendo assim, os alunos de inclusão recebem o Atendimento Educacional Especializado na escola e são encaminhados a frequentar em outra escola no contraturno a Sala de Recursos Multifuncionais. Entretanto, percebe-se que não há comunicação, interação entre o titular da sala regular com o profissional da sala de

recursos. O docente da sala regular desconhece como esse atendimento acontece e quais os avanços os alunos estão adquirindo.

Observa-se que os professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), encontram também dificuldades em efetivar suas práticas didático-pedagógicas, pois a escola não possui materiais adequados e diversificados, não está equipada com tecnologia Assistiva e não oferece treinamentos sobre os avanços tecnológicos que poderiam beneficiar o trabalho com os alunos deficientes.

A tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologia, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou modalidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (AMORIM et al., 2009, p. 26).

A falta de infraestrutura física adequada é outro obstáculo. A escola não está preparada para receber alunos portadores de necessidades especiais e/ou modalidade reduzida e não existem adaptações arquitetônicas para acessibilidade dos alunos deficientes físicos.

De acordo com as Normas Técnicas Brasileiras de Acessibilidade (ABNT/NBR –9050/20042), “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Desta forma, a escola precisa se adaptar para se tornar mais acessível, eliminando as barreiras que impeçam a inclusão de qualquer aluno.



Figura 1 – Símbolos de acessibilidades: deficiência visual, auditiva e intelectual

1.1 Justificativa

Este Projeto de Intervenção foi desenvolvido na Escola Estadual Professora Conceição Hilário, de forma a conscientizar todos os envolvidos (Estado, família, escola), que tem o dever de assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, proporcionando a elas o pleno desenvolvimento de suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais. É um desafio que a Instituição de Ensino terá que vencer para se tornar mais inclusiva, como: fazer os devidos investimentos em sua estrutura física, realizar as adaptações necessárias para receber estudantes deficientes físicos e com mobilidade reduzida, reestruturar sua política organizacional, buscar informações que favoreçam a troca de experiências entre os profissionais de inclusão, cumprir a lei e oferecer um sistema educacional de qualidade em todos os níveis da aprendizagem.

1.2 Objetivo Geral

Analisar as causas que tem gerado falhas no atendimento aos alunos de educação especializada na Instituição de Ensino, bem como apresentar propostas que visam solucionar esses problemas, pois não basta apenas receber os alunos de

inclusão, a escola precisa levantar recursos, se reorganizar de forma a se adaptar às necessidades reais desses alunos.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem a negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (Glat e Nogueira, 2002, p. 26).

1.3 Objetivos específicos

- Verificar as falhas existentes na comunicação entre o professor de Atendimento Educacional Especializado com o profissional da Sala de Recursos Multifuncionais;
- Analisar a atual realidade da inclusão dos alunos deficientes na instituição, quanto às questões de materiais adequados, equipamentos e adaptações arquitetônicas;
- Possibilitar o conhecimento sobre os direitos à acessibilidade dos educandos com mobilidade reduzida e/ou deficiência física;
- Levantar dados sobre recursos financeiros disponíveis para as melhorias necessárias.

1.4 Metas a serem alcançadas

- Estabelecer a comunicação entre o professor de AEE com o professor da Sala de Recursos, objetivando a colaboração participativa de ambos no desenvolvimento do planejamento pedagógico, para que possam identificar possíveis barreiras à aprendizagem, apontando estratégias e construindo uma cultura educacional inclusiva.
- Propor a interação entre a comunidade escolar e os profissionais da escola, solicitando o apoio de profissionais de saúde na Instituição de Ensino, objetivando orientações sobre as inúmeras deficiências ou síndromes;

- Solicitar à Secretaria de Estado de Educação recursos de manutenção para diversificar materiais pedagógicos tecnológicos;
- Fazer um levantamento das adaptações que devem ser feitas na escola, tais como: passagem para cadeira de rodas, rampas de acesso, adaptações de bebedouros, conserto de pisos irregulares, mesas adequadas, dentre outros;
- Verificar os recursos destinados pelo Ministério da Educação para as devidas mudanças arquitetônicas na escola.

2. Metodologia utilizada para coleta dos dados e informações

O presente projeto de Intervenção, tem como objetivo observar e analisar como acontece a inclusão de alunos deficientes na Escola Estadual Professora Conceição Hilário. Para isso foi feita uma pesquisa de caráter explicativa, no sentido de verificar as condições existentes, desenvolvendo ações necessárias para que a escola seja mais participativa e ofereça condições de acessibilidade adequada, e melhorias na aprendizagem de todos.

O levantamento e coleta de dados foi feito por meio da observação e da utilização da pesquisa ação, sendo este um método de investigação sobre o assunto abordado.

Foi elaborado um questionário com perguntas abertas e espaço para sugestões, direcionado aos professores de Atendimento Educacional Especializado e direção escolar, destacando as barreiras existentes e os recursos financeiros disponíveis.

3. Análise da infraestrutura física da escola

Baseando-se na legislação prevista de acordo com as normas da ABNT 90/50 da Associação Brasileira de Normas, observa-se no quadro a seguir, algumas das adaptações necessárias na escola para que a inclusão se viabilize.

Figura 2 – Tabela de Infraestrutura da escola

Itens observados	Há?	Adequado	Inadequado
Rampas	Não		
Corrimão	Sim		x
Banheiro	Sim		x
Bebedouro	Sim		x
Sala de aula	Sim		x
Mobiliários	Sim		x
Arquibancadas	Sim		x
Portas	Sim		x
Sinalização visual, tátil e sonora	Não		

Figura 3 - Cronograma de ações

AÇÕES	QUANDO
Consultar as pastas de matrículas dos estudantes de inclusão, verificar relatórios médicos, pedagógicos, questionários respondidos pelos pais sobre a história de vida dos alunos.	05/08/2019
Entrevista com gestor da escola sobre os recursos destinados a melhorias na infraestrutura da escola, condições atuais de equipamentos utilizados pelos profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE), entre outros.	12/08/2019
Entrevista com as professoras de Atendimento Educacional Especializado, através de questionário com perguntas abertas.	19/08/2019

Levantamento da estrutura física da escola e as adaptações necessárias.	26/08/2019
Analisar junto à direção da escola o questionário respondido pelas professoras de AEE.	03/09/2019
Desenvolver as mudanças necessárias, melhorando os canais de comunicação entre as professoras de apoio do ensino regular e os profissionais da sala de recursos.	18/09/2019
Previsão do término do projeto.	18/10/2019

Figura 4 - Cronograma de Execuções

AÇÃO	RESPONSÁVEL
Solicitar através de ofício circular, e-mail institucional, a consultoria de um engenheiro civil da Secretaria de Estado de Educação, para avaliar a infraestrutura física da escola, fazer orçamentos para as adaptações necessárias a acessibilidade do aluno com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	Gestor Escolar
Solicitar ao engenheiro civil, um relatório da consultoria feita na escola.	Gestor Escolar
Convocar a comunidade escolar (pais, alunos, professores e demais servidores), para apresentar o levantamento feito pelo engenheiro civil, informar a falta de tecnologia Assistiva na escola e os benefícios que esta proporcionaria ao aluno de inclusão.	Gestor Escolar
Verificar os Recursos destinados para escola, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), se a verba é suficiente para fazer as melhorias na infraestrutura física e pedagógica da escola.	Gestor Escolar
Reunir com os professores de Atendimento Educacional Especializado, bimestralmente, para verificar os avanços dos alunos deficientes, adotando novas práticas pedagógicas sempre que necessário.	Gestor Escolar e Especialista da Educação
Criar canais de comunicação, tais como: e-mails WhatsApp, relatórios, reuniões, entre os profissionais de AEE e os profissionais da Sala de	Especialista da Educação e professores de Apoio

Recursos Multifuncionais, para que juntos possam elaborar o Planejamento Pedagógico, compartilhar informações, beneficiando a aprendizagem dos educandos.	
Solicitar relatórios anuais dos alunos que frequentam o Centro de Atendimento e Inclusão Social (CAIS), que faz um trabalho transdisciplinar, recomenda a psicanálise, incentiva a criatividade e autonomia dos alunos.	Especialista da Educação e professores de Apoio

4. Orçamento e/ou custos para a implementação

A fonte de Recursos destinadas às escolas públicas são: Federal e Estadual.

Na Estadual os recursos são destinados à manutenção, custeio e alimentação escolar. Os recursos Federais são destinados a várias ações da escola. Seguem no quadro abaixo alguns desses recursos:

Figura 5 - FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	
Recursos PDDE	Recebe
PDDE Básico – Manutenção	Sim
PDDE Integral - Mais Educação	Recebeu somente em 2017, quando a escola ofereceu o horário integral de estudos complementares semanais.
PDDE Estrutura - Escolas Acessíveis	Recebeu somente em 2013
PDDE - Mais Alfabetização	Recebeu em 2018 e 2019

Pela legislação vigente, 80% PDDE Básico é destinado a cobrir despesas relacionadas à aquisição de materiais de consumo (materiais de expediente, limpeza, construção, etc.) assim como a contratação de serviços (manutenção hidráulica,

elétrica, jardinagem, etc.). Os outros 20% são destinados à aquisição de materiais permanentes como eletrodomésticos, computadores, mobiliários, etc.

O gestor da escola informou, que poderia utilizar os recursos destinados ao custeio para fazer as adaptações necessárias, porém, atualmente estes recursos não são suficientes para fazer essas mudanças. Segundo ele, a gestão anterior recebeu em 2013 recursos do PDDE Estrutura – Escola Acessível, que realizou reformas nos sanitários dos alunos, construiu um sanitário para deficientes físicos, mas, não está completamente adaptado - possui somente um vaso sanitário e duas barras para apoio - a verba foi insuficiente.

O PDDE – Mais educação, são recursos destinados a cobertura de despesas de custeio, devendo ser empregados: no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos assistentes de alfabetização, na aquisição de material de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades complementares com foco na alfabetização.

Para as devidas adaptações na estrutura física, mobiliários adequados, tecnologia Assistiva, destinados aos alunos de inclusão, a escola precisa de recursos suficientes, sendo necessário o envolvimento de toda comunidade escolar, na busca de recursos, como doações e até manifestações em prol de exercer os direitos de cidadania.

5. Considerações finais

Através da pesquisa e as informações adquiridas na elaboração desse Projeto de Intervenção, percebe-se que no Brasil houve importantes avanços no campo das políticas educacionais da Educação Inclusiva. Criou-se leis garantindo direitos à educação na rede regular de ensino aos estudantes deficientes, objetivando eliminar as desigualdades, porém, há muito a ser feito para que a inclusão desses alunos aconteça de verdade.

O processo de inclusão na Escola Estadual Professora Conceição Hilário, apresenta muitas barreiras em garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem

de qualidade aos alunos com deficiências. Sua infraestrutura não está adaptada para receber deficientes físicos e com mobilidade reduzida. A escola precisa de investimentos financeiros para realizar mudanças, adquirir materiais pedagógicos diversificados, tecnologias, equipamentos adaptados, apoio dos profissionais da área de saúde (fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos ou psicopedagogos) para atender às necessidades destes alunos.

Sendo assim, são inúmeros os desafios a serem enfrentados a fim de que a inclusão promova o acesso para que todos, sejam aceitos, independente de talento ou deficiência. Cabe a escola incentivar a comunidade escolar a enfrentar estes obstáculos para melhorar, corrigir e cumprir a legislação inclusiva brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos NORMA BRASILEIRA Segunda edição 31.05.2004. Válida a partir de 30.06.2004.
- AMORIM, A. et al. Comissão Temática 1. Conceituação e Estudo de Normas. In: BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009. p.13-39.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.16.
- ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas. Rio Preto: ABDA, 2014.
- GLAT Rosana; NOGUEIRA Mário Lucio De Lima. Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.
- PDDE, Unidades Executoras próprias – UEX, Ministério da Educação, Governo Federal, primeira edição, volume 1, dez. 2018
- SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI .Inclusão - Revista da Educação Especial, Out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf>.